

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.060 - PR (2019/0115757-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **BENEDITO DE LIRA**
AGRAVANTE : **ARTHUR CESAR PEREIRA DE LIRA**
ADVOGADOS : **MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - PR019226**
INAIÁ NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO E OUTRO(S) -
PR031840
AGRAVADO : **UNIÃO**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEGITIMIDADE ATIVA DA UNIÃO. CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REAUTUADO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BENEDITO DE LIRA e por ARTHUR CESAR PEREIRA DE LIRA em face de decisão prolatada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que inadmitiu o apelo especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 368):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. DEFESA DO INTERESSE DA COLETIVIDADE.

1. À luz do novo Código de Processo Civil, é incabível a interposição de agravo de instrumento em face de decisão que rejeita alegação de prescrição. Em contrapartida, não há preclusão, devendo a questão ser apreciada em sede de apelação, inclusive no tocante aos critérios de cômputo do respectivo prazo e a disciplina legal aplicável, se houver.

2. A legitimidade extraordinária da União, para a deflagração de ação civil pública veiculando a imputação da prática de atos de improbidade administrativa (art. 17, caput, da Lei n.º 8.429/1992), decorre de sua atuação em defesa de um interesse que é de toda coletividade, haja vista a alegação de uso indevido de recursos públicos, com desvio de finalidade, e danos à Petrobrás, que atinge, em última análise, o patrimônio público federal, como já destacado no precedente acima citado.

Os embargos de declaração não foram acolhidos às e-STJ fls. 451/456.

Nas razões do recurso especial, aduz a parte ora Recorrente que houve ofensa aos seguintes dispositivos: (a) art. 17, caput da Lei n. 8.429/92 c.c arts. 17 e 18 do CPC/2015, ao argumento de que a "UNIÃO, na condição de acionista, seja interessada nos bons resultados financeiros e no ressarcimento de prejuízos da PETROBRÁS, não

possui legitimidade ativa para pleitear em nome desta". Acrescenta que "em se tratando de pessoa jurídica autônoma, distinta da pessoa política da UNIÃO, evidencia-se que a PETROBRÁS possui legitimidade própria para postular em juízo por seus direitos, especialmente no que diz respeito a eventuais prejuízos sofridos"; e, (b) art. 17, §§ 8º e 10º da Lei 8.429/92 c.c art. 1.015, XIII do CPC/2015 por entender pela possibilidade de cabimento do agravo de instrumento no caso em concreto, tendo em vista previsão específica na lei de improbidade administrativa.

As contrarrazões foram juntadas às e-STJ fls. 488/505.

O recurso especial foi inadmitido conforme decisão juntada às e-STJ fls. 527/534.

O agravo em recurso especial foi juntado às e-STJ fls. 545/556.

As contraminutas aos agravos em recursos especiais foram juntadas às e-STJ fls. 561/570 e 572/586.

A inadmissibilidade do decurso especial foi mantida conforme decisão juntada à e-STJ fl. 589.

É o relatório. Decido.

Incide o enunciado administrativo n. 3/STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Considerando o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do agravo e as peculiaridades do caso concreto, impõe-se uma melhor análise da matéria no âmbito desta Corte Superior.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, d, do RISTJ, conheço do agravo para determinar sua autuação como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator